

PLURALIZAÇÃO DE “NOMES ABSTRATOS” - UM CASO DE CONCORDÂNCIA SEMÂNTICA?

Maria Marta Furlanetto*

Resumo: Este texto expõe resultado parcial de uma investigação que focaliza, em perspectiva discursiva, as tendências no uso escrito formal do português brasileiro e suas implicações normativas. Este trabalho se refere apenas ao tratamento de um caso de “concordância semântica”: a pluralização de nomes abstratos.

Abstract: This text presents a partial result of an investigation pointing out, on discursive views, the tendencies in the formal written use of Brazilian Portuguese and its normative implications. This paper just refers to the treatment of a “semantic accord” case: the pluralization of abstract nouns.

Palavras-chave: português brasileiro; tendências; escrita formal; concordância semântica

Key words: Brazilian Portuguese; tendencies; formal written language; semantic agreement

1. Introdução

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa em que estudo casos de deriva no uso escrito culto do português brasileiro¹, suas implicações normativas e conseqüências para a pedagogia da língua materna. Procuo, para isso, observar, descrever e interpretar, a partir de recortes discursivos, ocorrências lingüísticas pertinentes, tendo como referência principal os aparatos de *gramatização*² predominantes (gramáticas vigentes, dicionários, manuais).

Os elementos lingüísticos estudados englobam desde a seleção lexical, passando por formas neológicas, redundâncias, espectro de uso de certas partículas e expressões, até a organização sintática. Em suma, vai do plano morfológico até o semântico, mas a perspectiva global será discursiva.

* Universidade do Sul de Santa Catarina

¹ Dados: 1990 em diante.

Algumas questões da proposta envolvem o modo como usuários cultos “derivam” em relação ao padrão lingüístico estabelecido no processo (cultural e político) de gramatização do português; a legitimação (e conflitos) das mudanças verificadas; os limites do aceitável; a relação entre o que se conserva (e é defendido por muitos como o correto) e o que muda.

Admitindo inicialmente alguns pressupostos filosóficos sobre *gramatização* e *hiperlíngua*³ (AUROUX, 1992 e 1994, respectivamente), a ótica de investigação é a da Análise do Discurso. No conjunto, o trabalho contará com uma síntese do fenômeno discursivo remetendo a considerações sobre a *hiperlíngua* em questão, ou *brasileiro*, como defendem alguns estudiosos.

Os casos agrupados, na pesquisa, sob o rótulo “questões de concordância” apresentam a seguinte variedade (todos eles refletem algum distanciamento relativamente às normas previstas nos instrumentos gramaticais):

1. pluralização corrente de nomes “abstratos” (não-contáveis)
2. concordância nominal em estrutura complexa com numerais cardinais e ordinais
3. concordância sujeito/verbo em estrutura complexa de sujeito (com partitivo ou não)
4. pluralização da forma impessoal “tratar-se de”
5. neutralização de concordância em expressões modalizadoras.

Neste trabalho focalizo apenas o primeiro tópico, mas saliento que, explorando panoramicamente os dados e levantando hipóteses sobre as regularidades possíveis em conjuntos maiores, notei que fenômenos aparentemente independentes estão associados numa rede complexa de vias que não são simplesmente casuais. As articulações possíveis, levando em conta o quadro teórico principal e sua vinculação mais ou menos próxima a aspectos de teorias afins, serão pouco a pouco estabelecidas.

² No sentido utilizado por Aurox (1992, p. 8): processo iniciado no Renascimento europeu “que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo [...] na base da tradição greco-latina.” A gramatização é tratada como revolução tecnológica, servindo como meio de conhecimento e dominação de culturas.

³ “A língua empírica não tem existência autônoma [...]. Mas só existem, em determinadas frações de espaço-tempo, sujeitos, dotados de determinadas capacidades lingüísticas ou ainda dotados de “gramáticas” (não necessariamente idênticas), envoltos por um mundo e por artefatos técnicos, entre os quais figuram (às vezes) gramáticas e dicionários. [...] Denominaremos “hiperlíngua” a este espaço-tempo assim estruturado.” (AUROUX, 1994, p. 243; v. também AUROUX 1998; ORLANDI e GUIMARÃES 2001).

2. Concordância associativa?

Preliminarmente, devo explicar por que a “pluralização corrente de nomes abstratos” foi enquadrada como uma questão de concordância, levantando-se a hipótese de encará-la como um processo semântico – ou melhor, semântico-discursivo.

Nas gramáticas normativas é comum encontrar-se referência à chamada “concordância ideológica”. Aqui não se trata disso estritamente, mas penso ser possível encontrar nessa categorização um elo para explicar as ocorrências em estudo.

Cunha e Cintra (1997, p. 602 et seq.), por exemplo, explicam genericamente as “figuras de sintaxe” como efeito expressivo de uma organização sintática menos coesa, daí as “superabundâncias”, “desvios”, “lacunas” de estrutura frasal em relação a construções modelares – ou seja, a uma concepção estrita de gramática. Eles também salientam que se obtém com isso uma “coesão significativa, condicionada pelo contexto geral e pela situação” (p. 602), que suprem o que se poderia caracterizar como falha. Daí as elipses, os pleonasmos, os hipérbatos...

É nesse contexto que a silepse aparece como um caso de concordância ideológica: a que se faz “não com a forma gramatical das palavras, mas com o seu sentido” (ibidem, p. 614). Ela abarca hoje, segundo os autores, praticamente todo o campo da concordância ideológica. Tem-se, então, silepse de número, de gênero, de pessoa. Na silepse de número (o caso que importa aqui) um substantivo formalmente singular pode ser concebido como plural, sobretudo se for coletivo (*a gente... estão; o povo... votaram*)⁴. Por hipótese, dada a expansão desse fato lingüístico, diria que no presente caso tem-se uma “concordância” radical, que não está imediatamente associada a um verbo (concordância verbal) nem a um nome (concordância nominal), mas se manifesta na própria palavra em função de um contexto mais amplo: um substantivo singular não é apenas concebido como plural, ele é formalmente pluralizado. Talvez se possa considerar esse caso o ponto extremo do espectro da silepse...⁵

Um outro apelo possível, para pensar o caso como regularidade de uma série, diz respeito à concordância nominal em estrutura complexa com numerais cardinais; à concordância sujeito/verbo em estrutura complexa de sujeito (com partitivo ou não), à pluralização da forma impessoal “tratar-se de” – por sinal, tal como os agrupei acima em “casos de concordância” que merecem estudo, alguns dos quais têm sido abordados no âmbito da Sociolingüística

⁴ O caso mais radical de silepse de pessoa é aquele em que se associa *a gente* a uma primeira pessoa de plural, que será marcada no verbo: *a gente... somos...*

⁵ Cunha e Cintra informam que, pela acepção originária, *silepse* deveria remeter apenas à concordância de número.

(v., por exemplo, SCHERRE e NARO, 1998).

Uma vez estabelecida a hipótese acima, chamou-me a atenção o conceito de *anáfora associativa*, um subtipo das *anáforas indiretas*⁶, e aquele de *concordância associativa*, que são apresentados e discutidos por Koch (2002, cap. 8 e 9).

Anáfora associativa é o nome que se vem usando para explicar casos de concordância verbal que as gramáticas chamam de silepses de gênero e número: ocorre com *a maioria de, cada um*, o grupo de + Npl, coletivos (*o povo aplaudiram, o casal fizeram*), tal como observado na nota 4 deste trabalho. Para o primeiro caso admite-se a idéia de dupla concordância (portanto, dupla análise e dupla interpretação: *a maioria das pessoas vão; a maioria das pessoas vai*); os outros são dados como silepse (concordância *ad sensum*), em casos especiais de concordância (figura de sintaxe). Haveria uma reanálise no caso de coletivos, fazendo-se de [SN1 de SN2] a estrutura [Quantificador de SN], o que implica passar de uma explicação apenas sintática a outra que seria semântico-pragmática (KOCH, 2002, p. 113).

Berrendonner e Reichler-Béguelin (cf. Koch, 2002) batizaram esse fenômeno de “accords associatifs” (*concordância associativa*), também recorrente em francês, relatando-o às anáforas associativas ou inferenciais. Tais anáforas não remetem, portanto, a um elemento explícito do texto; ele está, digamos, pressuposto. A concordância verbal em plural que deveria, sintaticamente, remeter a um sujeito explicitado (*a maioria*, por exemplo), só faz uma remissão por inferência. No caso de ocorrência de um Sprep com núcleo no plural, a concordância plural remete para esse núcleo no plural, efetuando-se uma reanálise estrutural. Deslizamento sintático.

Para explicar esse deslizamento, os autores citados por Koch, que adotam uma concepção ampla de anáfora associativa – que favorece generalizações, permitindo englobar os deslizamentos no caso da concordância –, remetem a uma distinção entre 1) microssintaxe e 2) macrossintaxe. No primeiro caso a combinatoria se faz no nível da proposição, por concatenação e regência. Aqui se dá a concordância morfológica. No segundo caso trata-se de grandes unidades discursivas, correspondentes a atos de linguagem. Aqui as regularidades se dão com condicionamento semântico (pressuposições, regras de inferência).

Nos muitos casos de concordância aparentemente irregular há um processo de gramaticalização. Sempre que haja expressões partitivas ou introdutoras de conjuntos de elementos seriados (*uma série de*), além do quantificador universal (*todo/a*), está-se favore-

⁶ Expressões anafóricas sem referente explícito no texto, mas que pode ser inferido a partir de elementos explícitos. Dada o seu papel, elas poderiam ser caracterizadas alternativamente como *semânticas*, ou *conceituais*, ou *inferenciais*.

cendo essa gramaticalização. Quer dizer: mesmo no nível microssintático efetua-se reanálise. De qualquer forma, seqüências SN-SV são muitas vezes tratadas pelos usuários como períodos macrossintáticos, dando-se a concordância associativa. Ex. registrado pela autora: *Uma série de reflexões levaram-me (ou levou-me?) a questionar...*

Koch conclui:

Pode-se afirmar [...] que, no português contemporâneo, as relações de concordância microssintáticas, em particular a de concordância sujeito-verbo, se encontram fragilizadas, desestabilizadas, devido às tensões que se exercem entre as duas ordens de combinatória: as regularidades de ordem macrossintática tendem a ampliar cada vez mais seu domínio às expensas dos condicionamentos microssintáticos (p. 118-119).

Isso significa que mesmo numa frase simples está havendo imbricação “de condicionamentos micro e macrossintáticos, ou seja, a co-ocorrência de regularidades morfosintáticas e pragmático-discursivas, o que comprova que sintaxe e pragmática não constituem domínios disjuntos...” (ibidem, p. 119).

Dada a hipótese que estabeleci anteriormente, posso fazê-la passar por esse filtro e reafirmar que a generalização que se faz atinge seu limite, pois a pluralização de que trato ultrapassa todas as situações exemplificadas de *concordância associativa*, que reescreverei como *concordância associativa semântico-discursiva*.

3. Língua: estrutura e acontecimento

Pêcheux (1997) estabelece, em *Estrutura ou acontecimento* [?], que, para entender o que não é dito no interior do que é dito, cabe “[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, [...]” (p. 44). O estruturalismo teria começado por aí, segundo ele, para depois cair no “narcisismo da estrutura”, tendendo a trabalhar “no espaço unificado de uma lógica conceptual” (p. 46), descartando o sujeito. Sua proposta de trabalhar a discursividade, que se afasta do que ele chama “ciência régia”, traz algumas exigências, que sintetizo aqui para associar à descrição-interpretação que tentarei formular.

1) dar primazia aos gestos de descrição das materialidades discursivas – enunciado em que *descrição* se confunde (melhor, alterna) com *interpretação* e o material a ser observado é o *real da língua*, ou seja, “aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico, [...]” (p. 50). E aí, então, observar o papel do equívoco, da elipse, da falta como algo constitutivo de seu funcionamen-

to. Assim, mesmo o mundo normalizado da gramática do que se dá como padrão tem seus pontos de inconsistência, o que se observa, não apenas nas “irregularidades” ali integradas, mas também, sintomaticamente, embora de modo marginal, nas “notas de rodapé” dos gramáticos – às vezes inscritas com um ar de concessão.

2) em conseqüência, qualquer descrição levará em conta que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar [*décoller* no original] discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (p. 53). Desse modo, qualquer enunciado tem seus pontos de deriva, e qualquer descrição se abre sobre a interpretação (mas não qualquer uma), que se faz buscando esses pontos de deriva, que, como espaço de alteridade, permite detectar a pluralidade das filiações (nas palavras, nas expressões, nas imagens, nas faltas...).

3) explorar a discursividade como estrutura e como acontecimento, cuidando que sua inscrição em determinada “série” ou regularidade não a faça desaparecer na estrutura da série (ou seja, naquilo que é já modelar, que é grade de leitura). Com efeito: só por existir, um discurso (na materialidade da língua) já emerge com a possibilidade de desestruturar e reestruturar as redes de filiação sócio-históricas existentes, por suas duas faces: ser um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente) de deslocamento no espaço dessas filiações. Trata-se, portanto, de detectar, descrevendo o que Pêcheux chama de montagem discursiva, “momentos de interpretação”, efeitos de identificação assumidos.

Isso significa, para “reiterar”:

... trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem (ORLANDI, 1999, p. 53).

4. A pluralização de nomes “abstratos”

Tendo observado a ocorrência freqüente de plural formal em palavras que se poderia enquadrar na categoria de “substantivos abstratos”, meu primeiro impulso (normativo) foi ver aí uma “pluralização excessiva”, espécie de hipercorreção por individuação de elementos genéricos, contínuos ou processuais. Perguntei-me, então, o que tal acontecimento discursivo estaria refletindo/refratando – ou melhor, de que essa materialidade lingüística seria sintoma.

Na gramática de Cunha e Cintra (1997) encontra-se, em resumo: admitida a divisão concreto/abstrato, seriam abstratos “substantivos que designam noções, ações, estados e qualidades, considerados como seres” (p. 172). O que indicaria a pluralização amplamente aceita de algumas dessas formas? Alguns exemplos dos autores constam abaixo; para testar a aceitação, juntei a marca de plural naqueles que poderiam passavelmente pluralizar e ponto de interrogação pondo em dúvida a possibilidade:

justiça? verdade(s) glória(s) colheita(s) viagem(ns)
 opinião(ões) velhice? doença(s) limpeza? largura(s)
 otimismo? caridade? bondade? doçura(s) ira(s)? (p. 172)

Mais adiante (p. 181) os autores observam que alguns substantivos se usam “habitualmente” no singular: como exemplo, nomes de metais e nomes abstratos. Aparecendo no plural o sentido mudaria (deslocamento): cobre/cobres (dinheiro), ferro/ferros (ferramentas). Seria uma concretização, passagem para algo contável. Assim, imagino que se tenha processado a mesma coisa para os nomes que pluralizei acima (por saber que são usuais). Eventualmente *caridades* seriam os atos de caridade de uma pessoa, *bondades* também, mas é duvidoso que se encontre *as justiças*, *as velhices*, *as limpezas* (?), *as iras*... (ocorrência múltipla de ira?)

5. Uma gramática de uso

Na *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000) encontra-se uma subclassificação do substantivo de base morfológica: substantivos derivados de adjetivos expressam qualidades, estados e modalidades, abstraídos de seu suporte de predicação (p. 76). Assim seriam: beleza, distinção, candura, estabilidade, possibilidade... Derivados de verbos seriam: indicação, transferência, corrida..., que variam semanticamente conforme a natureza semântica do verbo (observo que em nenhum dos exemplos de Neves ocorre um nome desses no plural) – p. 76-78:

- a) nomes de ação: ataque, entrega, planejamento (que podem passar a representar produto da ação);
- b) nomes de processo: emagrecimento, desagregação, desenvolvimento, evolução;
- c) nomes de estado: ódio, paixão, desânimo, intimidade;
- d) modalidade: possibilidade, necessidade, capacidade.

Neves (p. 82) lembra que a gramática tradicional não é sensível à diferença entre as categorias contável e não-contável dos substantivos, e salienta que várias propriedades distinguem essas subcategorias; contáveis: referem-se a categorias discretas, descontínuas, sus-

contáveis, portanto, de pluralização; não-contáveis, por outro lado,

... referem-se a grandezas contínuas, descrevendo unidades não-suscetíveis de numeração. Trata-se de referência a uma substância homogênea, que não pode ser dividida em indivíduos, mas apenas em massas menores, e que pode ser expandida indefinidamente, sem que sejam afetadas suas propriedades cognitivas e categoriais (NEVES, 2000, p. 82).

Entretanto, a “ativação dessa propriedade” só se faz na função de referência; isso significa que o mesmo nome pode referenciar ora algo contável, ora algo não-contável, como *frango* em: *um frango [dois, três] de estimação* x *usar frango para a alimentação de peixes*.

Como há flutuação de categoria, também se pode encontrar: *as quatro Marias, já tem mulher no grupo, dois cafês, comer cabrito assado...* Tal flutuação implica alteração de significado: passa-se de um tipo de substância (não-contável) a uma unidade de determinada classe (contável) e vice-versa. Neves (p. 83) também diz que em princípio os substantivos abstratos (nomes de ação, processo, estado) são não-contáveis: são grandezas contínuas, não-discretas. Entretanto, podem constituir substantivos contáveis nomes do *resultado* da ação ou do *processo*: *duas batidas na parede, as construções modernas*. Julgo que seja por isso que a tendência a pluralizar tais nomes é cada vez mais nítida; o processo sofre *regularização*.

Há uma “regrinha” interessante formulada pela autora (p. 84): substantivos no plural (aceitáveis) são não-contáveis se a forma singular pode ser usada sem oposição semântica com a forma plural: *ciúmes/ciúme, condições/condição, céus/céu, ares/ar*.

Entretanto, se a simples pluralização pode, em certos contextos, converter não-contáveis em contáveis (*as carnes, os feijões [grãos de feijão], os interesses*), os casos encontrados em meus dados parecem ir além desses marcos: *compreensões, atmosferas escolares,...* Daí as ocorrências me terem chamado a atenção.

Também há contextos em que não há referencialidade para o substantivo, e então, diz ela, neutraliza-se a distinção contável/não-contável (em proveito da forma singular): *problemas DE SAÚDE, lição DE CATEQUISMO, país DE FAMÍLIA*. Alguns de meus exemplos rompem essa aparente regularidade: quando o substantivo é núcleo de sintagma preposicional (Sprep) promovendo especificação. Eu registro, por exemplo: *marcas DE ÊNFASES...*

Neves relata ainda um paralelo semântico entre substantivos não-contáveis e substantivos coletivos (que não se referem a seres individualizadamente). Estes, no singular,

pressupõem uma composição de indivíduos, o que não ocorre com os não-contáveis. Daí que, presumo, é mais revolucionário pluralizar não-contáveis, supondo a impossibilidade de se tratar de indivíduos: é o caso de *compreensões*.

No próximo tópico examino a contribuição de Michel Bréal (1992 [original 1897]) para a exploração do tema.

6. Bréal: o “espessamento” de sentido e a “redução”

No seu *Ensaio de semântica*, Bréal (cf. 1992) denomina “espessamento” de sentido a passagem de uma palavra abstrata a nome de um objeto material. Nesse processo, os dois sentidos podem ser mantidos (como ocorre com *construção* para nós), ou o abstrato perder seu efeito e não subsistir. Esse fenômeno, diz Bréal, é antigo e persiste. Um exemplo do latim: o sufixo *tas*, que servia para formar nomes como *civitas*, *dignitas*, *cupiditas*, exprimia uma qualidade, um estado.

Mas já o vemos tornar-se opaco em certas palavras latinas: *civitas* era primeiro a qualidade de cidadão; depois a mesma palavra designou o conjunto dos cidadãos; terminou por significar “a cidade” (“la cité”). *Facultas*, formado do adjetivo *facilis* ou *facul*, marcava a possibilidade de fazer. Mas *facultates* tornou-se sinônimo de riquezas (BRÉAL, 1992, p. 100).

Pode-se concluir daí que, do abstrato ao concreto, à singularidade, o passo para a pluralização é muito curto. Após a exemplificação, Bréal se põe uma pergunta curiosa: “É preciso acreditar que nossos ancestrais tinham uma faculdade de abstração que veio diminuindo em seus descendentes?” E responde: “Seria, acredito, uma grande ilusão” (p. 100). Mas ele sugere que, abandonadas ao espírito popular (indo “do inventor à multidão”), as abstrações ficavam necessariamente expostas a tal sorte.

Em articulação com esse fenômeno, a redução de elementos de uma seqüência parece ter a ver com alguns casos de ocorrência de plural aparentemente exagerado (cf. *as mesmas dispersões*, que seria uma redução de *as mesmas formas de dispersão*).

Bréal (1992) trata como “redução” um fenômeno que ele dá como motivador da polissemia, assim definido: “de duas palavras primitivamente associadas uma é suprimida” (p. 107). O que acontece? O termo que permanece muda de sentido, de alguma forma, ao mesmo tempo que absorve o sentido do conjunto. Bréal se apóia no princípio de que um signo (no caso, uma locução) pode ser cortado, reduzido, desde que continue reconhecível. Um termo, então, sobrevive, e toma o lugar do conjunto. Muitos adjetivos persistem como núcleo após o descarte de um substantivo, que permanece, no entanto, subentendido. O autor

fornecer alguns exemplos em que o termo determinante é que desaparece: Câmara (*Chambre* em francês) nomeia a Câmara dos Deputados, Gabinete (*Cabinet*) é Gabinete dos Ministros; ministro, por sua vez, significa *servidor*; em Roma, no tempo do Império, *minister* era o servidor do príncipe, *príncipe* remete a uma redução mais antiga, *princeps senatus* (primeiro do senado). Ainda se mantém, em linguagem técnica, a forma erudita *edição princeps* de uma obra.

Não é este o princípio da metonímia? Daí, diz Bréal, a quantidade de adjetivos que assumem o lugar do substantivo. Expressões como *à francesa*, *à romana*, *à direita* também se conformam a esse esquema. Esse amplo uso abre-se então à polissemia. Sintetizando o fenômeno, Bréal diz: “A despeito dos sobressaltos aos quais essas elipses expõem a história das palavras, é preciso ver aí o trabalho normal e legítimo da inteligência” (p. 111)⁷.

Mais adiante, quando se detém na história das palavras, Bréal retoma a noção de *locução*, salientando que uma palavra, aí, perde sua individualidade, integra um conjunto, e nesse caso é menos sensível às mudanças da língua, podendo percorrer séculos e serem repetidas. Mas as locuções podem abreviar-se, e o autor faz uma comparação curiosa para mostrar essa transformação metonímica:

Há, no reino animal, crustáceos que, quando os tomamos por uma pata, se deixam cair por terra, deixando o inimigo de posse da pata, empregando as nove outras para fugir o mais depressa possível. É uma amputação desse gênero que sofrem nossas locuções, com a diferença de que a pata toma lugar do animal inteiro (p. 189-190).

É o que mostram os exemplos apresentados acima, e muitos dos dados coletados, que aparecem como materialização de uma “língua estenográfica” – para cujo uso, lembra Bréal, exige-se estar a par de uma profissão ou de um gênero de vida; trata-se de um conhecimento implicado no uso, na vida social. Tendo focalizado, até então, adjetivos substituindo substantivos em locuções, Bréal estende a observação aos verbos: complementos podem ser subentendidos, deixando o verbo formalmente intransitivo: *Você vai expor? Fulana recebe esta noite. Esta loja está liquidando.*

Entretanto, diz o autor, às vezes a locução é abreviada “em direção ao meio”, e ele critica esse processo. São exemplos dessa abreviação não abonada por ele: *homem terciário* [do período terciário], *paralíticos progressivos* [com paralisia que progride], *filólogo com-*

⁷ A gramática funcional, que tem como um dos focos o estudo os mecanismos de mudança referentes à gramaticalização, faz referência à metáfora e à metonímia. O processo metonímico, nesse campo, designa “a mudança que sofre uma determinada forma em função do contexto lingüístico (e pragmático) em que está sendo utilizada. A contigüidade a que nos referimos é uma contigüidade posicional ou sintática, no sentido de que a mudança não ocorre apenas com a forma em si, mas com a expressão toda da qual a forma faz parte” (MARTELOTTA, VOTRE, CEZARIO, 1996, p. 56-57). Isso tem como consequência uma reorganização estrutural.

parado [que se ocupa com o estudo de comparação de línguas], aos quais posso acrescentar dezenas de meu próprio *corpus*, que compõem um outro tópico de estudo. São exemplos corriqueiros desse processo radical de abreviação: *jornalistas científicos, cientistas políticos, criminosos ambientais, médico psiquiatra infanto-juvenil...*⁸

Nos casos focalizados aqui, observa-se essa passagem:

ABSTRATO → CONCRETO (singular, contável) → PLURALIZAÇÃO

Ou: FORMA EXPLÍCITA (*formas de dispersão*) → ELIPSE (*dispersão*) → CONC. DESLOCADA (*dispersões*).

7. Amostra do *corpus* – pluralização de nomes abstratos (não-contáveis)

Eis uma amostra do material coletado (no conjunto, são 84 recortes).

Referência: TA = trabalho acadêmico; OA = obra acadêmica; CVL = Comunidade Virtual de Linguagem.

Uma primeira varredura do conjunto permitiu uma subcategorização, que especifica as montagens feitas segundo uma interpretação de análise. A descrição é provisória; CAIXA ALTA indica o caso em questão; o limite nem sempre é nítido, havendo exemplos que também poderiam ser enquadrados em outro caso. Alguns recortes aparecem em mais de uma subclasse, por exemplificarem casos distintos, conforme a subcategorização proposta.

Caso 1: Pluralização aceita ou em processo de aceitação

Caso 2: Pluralização de derivado abstrato em estrutura simples ou complexa

Caso 3: Pluralização em núcleo de sintagma preposicional (Sprep)

Caso 4: Pluralização que supõe elemento elidido do sintagma

Caso 5: Pluralização em nome de expressão “fixa”

Caso 6: Pluralização possivelmente transposta do uso oral

A aparente necessidade de pluralizar, talvez para seguir o princípio de “clareza” do

⁸ Em todos os casos o adjetivo não qualifica, como formalmente pareceria, mas determina, especifica. Trata-se de uma relação entre x e y, e que é representada como se fosse interna. Algo semelhante ocorre quando um nome simples (seja *tema*) com um derivado adjetival (*temático(a)*), é substituído por essa forma no feminino (*a temática*). Daqui à pluralização o passo é curto.

texto, resulta em muitos casos num fechamento para indicação de conjuntos estritos. Tomando o exemplo (7)

(7) “[...] quando SUAS TEORIZAÇÕES [da filosofia] se transformaram em verdades únicas, autárquicas, ela perdeu sua força, virou doutrina” (TA).

vê-se que *teorização*, como conceito (abstrato, genérico), perde esse estatuto no caminho para a singularização (teoria → teorização → teorizações), como se o anafórico *sua*, remetendo a *da filosofia*, facilmente recuperável em contexto imediatamente anterior, não fosse suficiente para demarcar o campo. Nesse caso, talvez se pudesse ver aí também uma espécie de marca de redundância.

Tome-se outro recorte, o (9):

(9) “... a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto DAS DISCURSIVIDADES que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas” (TA traduzido, 1997).

Eis o processo: discurso → discursivo → discursividade → discursividades. Trata-se de tradução eventualmente influenciada pelo francês, de texto em que se encontra já *discursivités*, e que se repete em (13), ao lado de *narratividades*. Parece também corresponder (como redução) a “formas de discursividade” – e então poderia ser enquadrado no caso de elipse no sintagma). Isso também parece possível em (8):

(8) “As inovações tecnológicas exigem mudanças na forma das organizações, implicando novos métodos de produção de conhecimento, reforçando a importância DAS INSTRUMENTAÇÕES ELETRÔNICAS na educação, de novos ambientes de aprendizagem que possibilitem novas estratégias de ensino-aprendizagem” (TA, 1998).

para o qual se poderia pensar em redução: elipse do sintagma com transferência de marca: uso de instrumentos eletrônicos → instrumentação eletrônica → instrumentações eletrônicas (e igualmente em (10).

(10) “Alguns países, acostumados a altas taxas de crescimento, como os EUA, enfrentam DESACELERAÇÕES ECONÔMICAS” (site na Internet, 2001).

Formas de desaceleração econômica → desacelerações econômicas. Neste caso ainda contamos com uma redução prévia: desaceleração da economia → desaceleração econômica.

Isso aponta para uma inevitável perda de “trajetos de leitura”. Pierre Achard dirá: “[...] a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (1999, p. 17), e Pêcheux enfatiza, na análise, “os procedimentos de montagem” do discurso (1999, p. 55). Nos casos em discussão, observa-se uma forma de regularização que, como um dique que

rompe, vai derrubando pouco a pouco as restrições determinadas num longo processo de gramatização. Mas, note-se, há também um processo de compensação que parece tributário do sistema anterior (a gramática ponto de partida): com efeito, à redução de termos corresponde em muitos casos um acréscimo por derivação sufixal: formas de discurso → discursivizações. Em outros, no entanto, há aparentemente apenas acréscimo, a palavra derivada substituindo a simples: os problemas → as problemáticas⁹ (v. (11) e (14)). Esse “procedimento de montagem” certamente produz um efeito de sentido... A operação formal é, aliás, semelhante àquela que produz *discursivização* a partir de *discurso* → *discursivo*, *argumentação* a partir de *argumento*, etc., embora sintaticamente o processo possa ser outro.

O conceito de norma culta como “reconstrução da memória” está bem representado na afirmação abaixo de Britto (1997, p. 56, grifo do autor):

Em certa medida, a norma culta apresentada pelos compêndios gramaticais funciona como um paradigma de correção de alguns aspectos de uso da língua (principalmente a morfosintaxe e particularidades de estilo). Pode-se dizer que a maioria das pessoas não tem um objeto claro em sua mente quando se refere à norma culta, mas apenas uma *representação* desse objeto. De fato, objetivamente, a gramática normativa nada mais é que *um conjunto de regras que estabelecem as condições de certos usos da língua em circunstâncias determinadas*.

Assim, haveria duas formas de representação de *norma culta*: uma manifesta uma espécie de língua ideal resultante da prática de gramáticos, presa à tradição escrita (seria a gramatização, conforme Aurox); outra resulta da prática social, da manifestação lingüística de segmentos socialmente favorecidos. É diferente da norma ideal, segue um curso específico, é dinâmica.

Entre os exemplos assinalados abaixo, também incluí alguns que já são tão comuns que se perdeu a memória de seu enraizamento, e que se pode dizer que estão padronizados – portanto, numa etapa de derivação avançada (do ponto de vista de um protótipo), tendo atingido a aceitação geral. Foi para chamar a atenção sobre isso que os incluí – alguns deles estariam ainda na fronteira entre contáveis e não-contáveis. É o que ocorre com os elementos assinalados do CASO 1, abaixo, que pode ainda incluir plurais como: *recomendações*, *formulações*, *preocupações*. Penso que se poderia dizer que esse fenômeno está associado à possibilidade que oferecem o numeral *um* e o indefinido *um* de se confundirem numa forma não discriminável.

Note-se ainda que em muitos desses plurais continua-se a ter um nome não-contável,

⁹ Essa formação já comum – de substantivos a partir de adjetivos, tal como em problema à problemático(a) à a(s) problemática(s) – é tratada em outra parte de minha pesquisa.

conforme referido por Neves (2000, p. 84), uma vez que a forma singular pode ser usada sem oposição semântica com a forma plural, como em *ponderações* (1), *discussões* (4), *vivências* (5). Em outros exemplos é perceptível o deslizamento de sentido ou o possível contraste entre dois efeitos: seja *produção/produções*, como em (6). Como contável, *produção* aparece como concorrente da tradicional *redação*; segue o caminho de *construção*, e não diz respeito a processo, mas produto: aquilo que foi produzido pelo aluno. Mais recentemente, *produção* tem como concorrente *escrita – as escritas* (dos alunos), que também pode ser efeito da redução de *produções escritas*. Simetricamente, poderia haver mais tarde uma nova ocorrência: *as orais dos alunos...* (?)

CASO 1: PLURALIZAÇÃO ACEITA OU EM PROCESSO DE ACEITAÇÃO:

- (1) “... não poderia finalizar ESSAS PONDERAÇÕES sem dizer...” (artigo em boletim de ass. docente, 2001) (trata-se sempre de comentário da mesma pessoa)
- (2) “Marx deixou brechas, INDEFINIÇÕES E IMPRECISÕES a respeito do problema [nacionalismo], mesmo no Manifesto Comunista, de 1848...” (TA, 2002)

Alternativa: interpretando o conjunto em questão como “deixou brechas, coisas indefinidas e imprecisas”, o elemento adjetival teria tomado o lugar do conjunto – como explica Bréal – e se teria substantivado morfologicamente, não apenas funcionalmente, e o plural apenas se mantém; note-se que “brechas”, nesse sintagma, compõe heterogeneamente com as outras duas palavras.

- (3) “... no primeiro plano, procurarei apontar AS ARTICULAÇÕES entre os trabalhos...” (TA, 2002)
- (4) “Daí a necessidade de DISCUSSÕES em torno de um universo temático que possa servir de norte (e não de regras rígidas) para a elaboração de seu currículo” (TA, 199?).
- (5) “Quais seriam [...] algumas das alternativas para esse professor conquistar ou reconquistar o prazer da leitura na sua vida, [...] fornecendo testemunhos concretos de VIVÊNCIAS de leitura aos seus grupos de alunos?” (TA, 1998)
- (6) “Esse processo torna a criança capaz de elaborar reflexões importantes sobre AS PRODUÇÕES ESCRITAS através da interação (Resenha em periódico, 2000).

CASO 2: PLURALIZAÇÃO DE DERIVADO ABSTRATO EM ESTRUTURA SIMPLES OU COMPLEXA:

- (7) “[...] quando SUAS TEORIZAÇÕES [da filosofia] se transformaram em verdades únicas, autárquicas, ela perdeu sua força, virou doutrina”(TA).
- (8) “As inovações tecnológicas exigem mudanças na forma das organizações, implicando novos métodos de produção de conhecimento, reforçando a importância DAS INSTRUMENTAÇÕES ELETRÔNICAS na educação, de novos ambientes de aprendizagem que possibilitem novas estratégias de ensino-aprendizagem”(TA, 1998).
- (9) “... a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto DAS DISCURSIVIDADES que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas”(TA traduzido, 1997).
- (10) “Alguns países, acostumados a altas taxas de crescimento, como os EUA, enfrentam DESACELERAÇÕES ECONÔMICAS”(site na Internet, 2001).
- (11) “É preciso [...] que se realize um congresso da Pós-Graduação [...], com objetivo de discutir AS PROBLEMÁTICAS que atingem a Pós, na tentativa de buscar soluções coletiva [sic] para as mesmas...”(artigo de opinião, boletim de ass. docente, 2001).
- (12) “O projeto chamado *Globalização: dinâmicas nacionais e internacionais de integração e exclusão social*, segundo a professora [...], é uma parceria que analisa, comparativamente, as formas como AS GLOBALIZAÇÕES estão sendo enfrentadas no Brasil e em Portugal...”(Nota em boletim de ass. docente, 2002).
- (13) “... refleti sobre a questão do sujeito nacional pensado em sua relação constitutiva com as DISCURSIVIDADES postas pela gramatização de uma língua nacional e pelas NARRATIVIDADES que percorrem a própria institucionalização da escolarização”(TA, 2001).
- (14) “Uma das TEMÁTICAS [de um encontro] era a criação de um Núcleo de Política Lingüística, que seria o fórum específico...”(boletim de associação acadêmica, 1999).
- (15) “Quais seriam [...] algumas das alternativas para esse professor conquistar ou reconquistar o prazer da leitura na sua vida e, dessa forma, poder talvez

impregnar AS ATMOSFERAS ESCOLARES com um pouco do seu entusiasmo, fornecendo TESTEMUNHOS CONCRETOS de vivências de leitura aos seus grupos de alunos?” (TA, 1998)

- (16) “Além de divulgar o saber de uma forma ‘irrestrita’, os vulgarizadores deveriam colocar-se na posição de JÚRIS IMPARCIAIS, tendo a missão de denunciar o erro...” (OA, 2000) (teria havido confusão de “júri” com “jurado”?)
- (17) “Para complementarem seu salário, muitos professores optam por ministrar aulas nesses cursos, recebendo CONSIDERÁVEIS REMUNERAÇÕES...” (artigo de opinião em boletim acadêmico, 2001).
- (18) “... deixando de lado os alunos desses cursos, que em sua maioria pagam ELEVADOS PREÇOS para terem acesso a um direito que o Estado deveria lhes oferecer gratuitamente...” (Idem a (17))
- (19) “Do outro lado, os próprios professores OBJETOS da capacitação” (apres. de OA, 2000) (metodologicamente os professores compõem *um objeto* da capacitação. Objeto: meta, alvo para o qual se aponta, individual ou coletivo, como em ‘objeto de pesquisa’).
- (20) “Das seqüências discursivas como REFERÊNCIAS para a análise a partir de marcas lingüísticas de ênfases” (subtítulo em TA, 1999) (“referência” é aqui análoga a ‘objeto de pesquisa’).
- (21) Atualmente, os filhos não contam mais COM SUAS PRESENCAS [dos parentes], de modo que ficam sozinhos, porque a mãe e o pai estão inseridos no mercado de trabalho (dissert. mestrado, 2002).
- (22) “Torna-se nítido que a realidade da escrita no contexto escolar volta-se ainda para AS RESOLUÇÕES de exercícios” (dissert. mestrado, 2001).
- (23) “Independente da instituição de ensino que estes profissionais estejam atuando, se não estiverem altamente motivados profissionalmente podem não perceberem diferenças importantes entre os seus estudantes e acabando por tratá-los todos por igual, sem DISTINÇÕES de níveis de conhecimento e de perfil de inteligências” (TA, 2001).
- (24) “Em cada um desses contextos, AS ÊNFASES e os objetivos do uso da escrita são variados e diversos” (OA, 2001).

CASO 3: PLURALIZAÇÃO EM NÚCLEO DE SINTAGMA PREPOSICIONAL (SPREP):

- (25) “A dispersividade encontrada nos programas sugere que o colegiado das universidades selecionadas não têm [sic] sido ESPAÇOS DE CONSTRUÇÕES de um currículo que contemple o significado da Filosofia da Educação na formação do educador” (TA, 1998).
- (26) “Embora a situação de escrita e as recomendações apresentadas aos alunos por escrito restrinjam as POSSIBILIDADES DE ESCOLHAS por parte dos autores dos textos especialmente em relação aos argumentos a serem contestados já que serão a base das argumentações nas cartas...” (TA, 2000).
- (27) “O que percebemos é que em concorrência com um discurso que não apresenta JUÍZOS DE VALORES, há outros aos quais os alunos estão expostos...” (TA, 1998).
- (28) “Das seqüências discursivas como referências para a análise a partir de MARCAS lingüísticas DE ÊNFASES” (subtítulo em TA, 1999).
- (29) “Se pensarmos um pouco na “sociologia dos testes”, tratam-se de [sic] exercícios onde a escola define PADRÕES DE REALIZAÇÕES esperadas dos alunos” (Anexo de um relatório do governo sobre educação).

CASO 4: PLURALIZAÇÃO QUE SUPÕE ELEMENTO ELIDIDO DO SINTAGMA:

- (30) “... sem o qual ela tenderá a permanecer incorrendo NAS MESMAS DISPERSÕES já salientadas” (TA, 1998).
- (31) “O investigador, através do diálogo com os participantes, procura construir uma explicação DESTAS COMPREENSÕES de todos os participantes e possíveis contradições entre intenções e ações” (TA, 1994).
- (32) “...b) lutar pela manutenção dos Hospitais Universitários e contra as propostas que visam SUAS PRIVATIZAÇÕES” (boletim de associação docente, 2002).
- (33) “Penso que devemos repensar as grades curriculares e os métodos de ensino NAS GRADUAÇÕES” (mensagem CVL, 2002).

CASO 5: PLURALIZAÇÃO EM TERMO DE EXPRESSÃO “FIXA”:

- (34) “Estudos sobre o currículo real (ou currículo em ação) desta disciplina DARIA MARGENS para um confronto... (TA, 1998).

- (35) “... o que lhe DÁ MARGENS para ensinar aquilo que lhe é mais familiar... (TA, 1998, *idem*).
- (36) “...uma QUEBRA DE EXPECTATIVAS entre o esperado pelo aluno e o oferecido pelo professor” (TA, 2000).

CASO 6: PLURALIZAÇÃO POSSIVELMENTE TRANSPOSTA DO USO ORAL:

- (37) “... até a realização de seu estudo, este aspecto foi pouco estudado e apresentase como merecedor de MAIORES PREOCUPAÇÕES nos estudos lingüísticos” (TA, 2002).
- (38) “[fórmulas e receitas]... facilmente aplicáveis na sala de aula, mas sem GRANDES APROFUNDAMENTOS teóricos que justifiquem a utilização de tais procedimentos” (TA, 2002).
- (39) “Como sabemos, hoje, a ortografia usada no Brasil não é totalmente igual à usada em Portugal. Na verdade, as diferenças não são muitas nem modificam o aspecto gráfico a ponto de causar GRANDES ESTRANHEZAS” (TA, 1999).
- (40) “... o aspecto interacional é utilizado para propiciar outras reflexões que ocupam MAIORES ESPAÇOS no artigo...” (TA, 2002).
- (41) “... não tenho GRANDES OBJEÇÕES quanto a se escrever português ...” (TA, 1997).
- (42) “Criança inventiva, capaz, portanto, de escolher seu caminho e seus próprios textos, sem MAIORES “AJUDAS” do adulto” (TA, 1997).

8. Gramatização, memória discursiva e heterogeneidade

Todos os casos aqui evocados, trazendo variações que representam pequenas mudanças e tendências inovadoras (o que aponta para uma permanente crise da linguagem na sociedade que dela se serve), mostram, seguindo o quadro teórico referido no início, o processo de ruptura e regularização com relação à memória discursiva (interdiscurso) – conforme explicitam Achard (1999) e Pêcheux (1999) em dois textos expostos em *Papel da memória*. A ruptura leva a que uma regularidade/norma genérica (“nomes abstratos” não flexionam em número) seja descaracterizada por algumas ocorrências desviantes, que passam a ser regulares no uso da língua; aos poucos, outros nomes abstratos vão sendo incluídos no rol dos primeiros, alargando o espectro de uso. Isso significa que alguns são bem aceitos em determinado

período em certos grupos e registros, outros não.

Assim, diz Achard, “[...] a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (1999, p. 11). Resta que Achard se preocupa em enfatizar que falar do papel da memória é falar do estatuto dos implícitos. O que estaria implícito, em cada caso, não teria uma existência concreta, objetiva, mas consistiria apenas em uma *representação* (discursiva). Ou seja, trata-se de um imaginário, mundo de representações que podem ser reconstruídas a cada enunciação, a partir de práticas que portam esses “implícitos”. A salientar que as ocorrências de unidades que, de alguma forma, se repetem também constroem novos contextos, no interior dos quais novos efeitos podem surgir. Pressupor-se-á, a partir da possibilidade de repetição, uma *regularidade* (não uma *regra*, no sentido normativo) – que é, em última instância, hipótese de análise.

Pode-se entender que

... o fechamento exercido por todo jogo de força de regularização se exerce na retomada dos discursos e constitui uma questão social. Se situamos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação (ACHARD, 1999, p. 15-16).

Se há regularização é porque se reconhece a repetição formal de elementos, e aí se instala um outro jogo de força, visto que não se assegura que o que é repetido o é enquanto tal (o Mesmo). Mas é pelo reconhecimento que se pode dizer que houve/há algum tipo de deslocamento, uma tendência, uma mudança qualquer – interpretável. De outra parte, é pondo lado a lado os elementos, em paráfrase, que se pode estabelecer séries de regularização. E é assim que a memória desempenharia seu papel: pela diferente valoração aos elementos parafrásticos (as derivações observadas), pela comparação, pela verificação de verossimilhança com base na reconstituição parafrástica.

Esse é um procedimento de análise, e diz respeito, portanto, ao quadro teórico de investigação dos casos levantados. Ele reflete um deslocamento do analista, que reconstrói em sua enunciação a memória que o discurso *supõe*.

Pêcheux (1999), por sua vez, enuncia: “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (p. 52).

Essa questão é polêmica: onde estão os implícitos de memória? Achard os apresen-

ta como a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” iniciaria, e aí estariam os implícitos de memória (lei da série do legível), regularização que poderia ser perturbada pelos novos acontecimentos discursivos, produzindo uma outra série. Ou seja, como expressa Pêcheux: “[...] o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (1999, p. 52). Nesse sentido, a memória não se apresenta como simples reservatório de sentidos acumulados e preservados em sua “pureza”, mas como “[...] espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (p. 56).

Por outro lado, pode-se relembrar, pela voz multifacetada da Análise do Discurso, que a memória discursiva se faz de esquecimentos e de silêncios, e que uma formação discursiva (FD), que regula o dizer e que portanto estabelece, para os sujeitos, as possibilidades inscritas em seu espaço, é um dispositivo de memória – mas o que cada um sabe, ao posicionar-se alternativamente nas FDs, se marca por lacunas, que não são apenas de língua, mas também de outras formas de conhecimento. Mesmo o chamado “especialista”, ainda que desejando manter-se (e não resistir, simplesmente) na “boa” posição, pode desmanchar aos poucos frágeis limites de uma FD, e isso não raras vezes pelo esforço de adaptar-se a ela.

No caso em discussão, se a tradição gramatical poderia ser concebida como um núcleo rígido (pela regularização que sofre através dos dispositivos de gramatização), ela também é atravessada por conflitos, desdobramentos, contradiscursos, etc. Por hipótese, quem poderia manifestar melhor a evidência da ruptura e da mudança senão o sujeito que socialmente é considerado o mais competente? Se o especialista o faz, isso se apresenta como um convite para os demais membros de uma sociedade. Um bom número de especialistas, no estudo em pauta, está familiarizado com linguagem, trabalha com linguagem, não faz apenas uso lingüístico. Isso significa que estamos continuamente em processo de regularização que já “contém” o germe de novas rupturas, formando-se novas séries paradigmáticas.

Em *Les limites de la grammaire*, Aurox (1997) afirma que qualquer gramática, em determinado momento, se mostrará inadequada para explicar fenômenos produzidos pelos sujeitos, de modo que será preciso produzir outra gramática, e assim por diante, periodicamente: a *mudança* e a *novidade* em uma língua, apesar das fortes restrições sociais, são uma constante.

Diz o autor: “Desde o momento em que introduzimos os atos e os acontecimentos lingüísticos em nossa concepção da linguagem, introduzimos, além da temporalidade, a possibilidade de descontinuidades entre o que se passa antes e o que se passa depois. Em outras palavras, encaramos a *irreversibilidade* de certos processos” (1997, p. 127; tradução minha). Para ele, *criatividade* diz respeito a procedimentos e estratégias interativas que englobam

mundo, sujeito e outros sujeitos, empiricamente considerados. Daí que não haja regras homogêneas, que estariam presentes em todos os sujeitos de mesma comunidade lingüística. Modelos interativos põem em presença, ao contrário, sujeitos diferentes com competências diferentes, cuja confrontação no tempo produzirá novas competências e o aparecimento de novas regras e novas estruturas lingüísticas. Isso significa reconhecer que a gramática “não exprime nem a totalidade das causas produtoras da linguagem, nem mesmo os limites exatos da ação dessas causas produtoras” (ibidem, p. 138). Daí ele hipotetizar que as atividades lingüísticas são subdeterminadas pela gramática, ou seja, não são sempre o produto de regras gramaticais.

9. Considerações finais: entre a estrutura e o acontecimento

A par desses comentários de caráter teórico e dos exemplos que apresento no corpo deste trabalho, faço uma referência a estudo de Pagotto (2001; v. também PAGOTTO 1998) em que ele focaliza o estatuto da norma escrita no Brasil. Voltado aí, em certo momento, ao caso da posição dos pronomes oblíquos, ele diz:

Estamos todos impedidos de começar frases com pronomes oblíquos. Por mais que estude a especificidade do português do Brasil, esta ruptura, saindo de uma posição discursiva para uma prática lingüística diferenciada, está interdita. O que o discurso científico mais recente fez foi reiterar esse pré-construído e não surpreende que, agora na mídia mais moderna, o mesmo discurso normativista ganhe força outra vez. Os tempos são outros e a língua continua a mesma, já nos foi dada (PAGOTTO, 2001, p. 56).

Trata-se do exercício de um poder. Pagotto afirma que “[...] o significado social das formas lingüísticas define uma posição de sujeito à qual os sujeitos falantes vão se identificar, podendo significar-se como classe social, como grupo etário, como grupo regional” (p. 40). Se esse processo de identificação pode sofrer ruptura – como efetivamente sofre –, para ele a tendência à estabilidade seria (e é) maior “[...] porque a escrita é o terreno em que se joga um jogo mais amplo, de identidade nacional e de relações de poder mais amplas na sociedade, que se colocam acima das relações locais, ou etárias ou sexuais” (ibidem, p. 40-41).

Ora, apesar desse jogo de forças em que sai vencendo a anunciada e prescrita estabilidade, os recortes que aqui apresento (e muitos outros registrados, representando casos diversos de uso) mostram que a ruptura ocorre com certa frequência, ainda que haja “revisores gramaticais” e “comandos paragramaticais” por toda parte. Se alguns dos casos

que registro em meu *corpus* talvez passem despercebidos, ou porque não são comumente abordados ou porque a monitoração esteja sendo secundarizada, eles apontam de fato para uma flutuação ou para uma mudança relevante, qualquer que seja a avaliação dos usuários em geral. Ou seja, eles passam incólumes pela “censura” do pré-construído.

Contudo, na expressão de Leite (1999a, p. 243),

... embora haja, nos tempos atuais, mais liberdade em relação ao uso da língua, há também uma força conservadora. Por isso, convivem, nas redações dos jornais, a linguagem livre das matérias jornalísticas e os Manuais de Redação, que trazem normas tradicionais e visam a regular esse tipo de linguagem, tentando preservar usos que insistem em desaparecer. Pode-se dizer, assim, que há hoje um fluxo inovador, representado pela atualização da língua padrão adequada ao uso brasileiro, e um refluxo conservador, representado pela resistência a alguns desses usos. Pratica-se, desse modo, o purismo heterodoxo.

Leite (1999b) relativiza o conceito de purismo afirmando que ele simplesmente atua como *agente de preservação da norma*. Também o discurso oral culto tem marcas de purismo, ao lado da atuação de forças inovadoras, que ela chama *antipuristas*. As forças conservadoras vêm da prescrição gramatical (mas veja-se o que diz Pagotto, acima), e as renovadoras têm várias fontes. Daí que, de um lado, pode-se buscar a diversidade lingüística provocada pela força renovadora ou estudar a unidade lingüística provocada pela força conservadora (p. 86). Temos, então, preservação ou deriva.

Auroux (1998, p. 21) diz que a gramatização permite maior estabilidade lingüística, mas “não deixa os espaços de comunicação inalterados: ela produz instrumentos lingüísticos que figuram na hiperlíngua e modificam sua estrutura”. Hiperlíngua é entendida, repita-se, como uma “realidade que engloba e situa toda realização lingüística e limita concretamente toda inovação” (p. 22). A tradição, portanto, é parte constitutiva da hiperlíngua, e nesse espaço-tempo se desenvolve também, em contraste ou oposição, a “luta” pela afirmação da nacionalidade brasileira, que não se pode formar senão com esse Outro. Para aprender uma língua é preciso aprender a mover-se na hiperlíngua, dirá Auroux. E, é claro, a evolução da hiperlíngua “não é marcada necessariamente na estrutura morfológica” (AUROUX, 1998, p. 24).

Dentro desse mesmo espírito pode-se avaliar a concepção de língua como “espaço de jogo” tal como explica Gadet (1981, p. 124, tradução minha): “Seria preciso conceber a regra como comportando em seu próprio princípio um espaço de jogo [...]. A relação entre liberdade e coerção existe, mas não acontece entre dois níveis lingüísticos: está na própria idéia de jogo, entre o sistema da língua e o jogo que ele permite.”

Outro aspecto da questão – sintomático dessa contradição constitutiva – é o que Celso Cunha (1985) traz, discutindo a “norma culta brasileira”. Salientando que não se deve fazer confusão entre norma culta e norma purista, ele enfatiza que é preciso “evitar se torne ela [a língua portuguesa] um mero instrumento de comunicação elementar entre os seus usuários” (p. 87). Para isso, impõe-se “conhecê-la em seu concreto operar e apreender-lhe a deriva” (p. 87). São alguns aspectos dessa “deriva” que apresentei aqui.

Há de se concordar que seguir para a escrita as tendências da comunicação oral mais despojada, sem apelar para o controle sistemático, não seria de bom senso, e não conduziria ao uso mais elaborado requerido pela expansão e refinamento dos conhecimentos.

Resta perguntar se entre os fatores que facilitam a deriva não podem estar o desconhecimento parcial da norma prescrita (questão de formação cultural) ou dúvida a respeito (que todos temos), e por outro lado o próprio desejo de conduzir-se pela tradição, produzindo-se o fenômeno de hipercorreção – que resultaria, hipoteticamente, das próprias fendas que a gramática não consegue preencher (visto ser apenas um instrumento dentro da hiperlíngua)?

Concluo, quanto a isso, com este comentário de Britto (1997) sobre a relação norma culta x norma escrita:

... admitindo que a fala permeia a escrita, haverá sempre um espaço de intersecção, que se torna maior à medida que se reduz a pressão normativa, como é o caso de características gramaticais que não sejam identificadas como erro pela avaliação subjetiva dos falantes. Isto será tanto mais possível quanto menor for a insistência das instâncias reguladoras (a escola, os revisores gramaticais) sobre a regra, tomando-as menos salientes (p. 66).

Referências

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. A “hiperlíngua” e a externalidade da referência. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 241-251.
- _____. Les limites de la grammaire. *Organon*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 123-141, 1997.
- _____. Língua e hiperlíngua. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 1, p. 17-30, jan.-jun. 1998.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. São Paulo: EDUC, 1992.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, ALB/Mercado de Letras, 1997.

CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. 35. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GADET, Françoise. Tricher la langue. In: CONEIN, Bernard et alii. *Matérialités discursives*. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.

KOCH, Ingedore G.V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas/USP, 1999a.

_____. Purismo no discurso oral culto. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/USP, 1999b. (Projetos Paralelos, v. 2)

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria Maura. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S.J.; CEZARIO, M.M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 45-75.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 21-38.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, n. 2, p. 49-68, jul.-dez. 1998.

_____. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 39-57.

SCHERRE, Maria Marta; NARO, Anthony J. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. *Fórum Lingüístico*, v. 1, n. 1, p. 45-71, jul.-dez. 1998.